

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13.008/2019 - IL

1 - ABERTURA:

Por ordem dos Ilmos. Senhores Ordenadores de Despesas da Erro! Fonte de referência não encontrada., foi instaurado o presente processo de Inexigibilidade de licitação objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS (COM BASE NO CREDENCIAMENTO 13.007/2019-PC) VISANDO A CONTRATAÇÃO DE BOMBEIROS CIVIS, DESTINADOS AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, CIDADANIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE PARACURU/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA**, em conformidade com o Projeto Básico/Termo de Referência anexo ao processo.

2- DA JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessária a presente contratação em virtude da **SECRETARIA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, CIDADANIA E TRÂNSITO** não dispor destes profissionais em quadro técnico funcional (próprio), abrindo-se, assim a vacância quanto à necessidade de demandas resultantes do exercício de atividades desempenhadas por estes profissionais. Ressalta-se que os serviços são de extrema relevância para funcionamento de diversos equipamentos e espaços públicos locais, tais como: praias, rios e demais ambientes abertos e ou fechados de uso frequente da população. Logo, a ausência destes profissionais, implica na possibilidade de maiores riscos aos usuários desses ambientes, fiando os mesmos mais expostos e vulneráveis. Por fim, salienta-se que o processo de credenciamento encontra-se cabível, haja vista a inviabilidade de concorrência e oferta de preços para tais objetos, uma vez que os valores encontram-se pré-definidos e estipulados em seu valor máximo pelos órgãos participantes do processo. Ressalta-se que a Secretaria Municipal realizou processo de credenciamento sob nº 13.007/2019-PC, uma vez ser constatada a inviabilidade de competição, pois sabe-se que os valores propostos, são valores previamente definidos pela Secretaria

3 - DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável e inexigível.**

"Art.37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." E também, a seguinte:

[...]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

(Grifado para destaque)

Como regra, tem-se a obrigatoriedade de licitação para a celebração de contratos administrativos. Contudo, esta norma constitucional ressalvou algumas situações em que a Administração estará isenta de realizar o procedimento licitatório, situando-se aí a inexigibilidade de licitação, disciplinada no art. 25 da Lei Federal nº 8.66/93, alterada e consolidada, *ipsis literis*:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.”

Da leitura do preceptivo legal invocado verifica-se que as hipóteses ali previstas são meramente exemplificativas, donde se conclui que qualquer caso que resulte em efetiva inviabilidade de competição ensejará a aplicação do art. 25 da Lei de Licitações, conforme a situação em concreto. Desta forma, a realização de licitação, neste caso, restaria inócua diante da impossibilidade legal de competição.

Sobre o tema, assim se manifestou Hely Lopes Meireles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 2ª edição, São Paulo, Malheiros, pag. 257:

“Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato.”

Do exposto, conclui-se possibilidade da contratação sob o manto do caput do art. 25 da Lei de Licitações.

4 – DA RAZÃO DA ESCOLHA DAS CONTRATADAS:

O resultado final do processo de credenciamento culminou na escolha dos grupos que recaiu sobre:

CARGO/FUNÇÃO: BOMBEIRO CIVIL			
CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
1.	ALISSON MENEZES DA SILVA	040.654.523-50	Atendeu aos requisitos do edital do processo de Credenciamento correspondente.
2.	ALISSON DIAS DA SILVA SOUSA	066.138.773-95	
3.	CARLOS RAFAEL DE ARAÚJO DA SILVA	046.693.663-00	
4.	FRACISCA IDERLANE SIMPLÍCIO DE SOUSA	062.998.043-86	
5.	FRANCISCO ALAILSON ALVES DA SILVA	937.461.803-68	
6.	FRANCISCO ANTÔNIO DE HOLANDA SOUSA	034.478.003-13	
7.	IANCA ESTFFANY LIMA MOREIRA	063.926.463-88	
8.	IRACILDA SOUSA BARROS	457.710.493-87	
9.	JONATHAN OLIVEIRA	076.344.923-70	
10.	JOSIAS MARQUES DA COSTA FILHO	014.753.963-33	
11.	LEIRICIA RODRIGUES DA ROCHA	007.175.483-09	
12.	ROSANA FROTA DE OLIVEIRA	004.669.753-50	

Seguindo o Projeto Básico/ Termo de referência anexo ao edital:

Nº	CARGO/FUNÇÃO – ATRIBUIÇÃO	UNIDADE	VAGAS	QTDE DE DIÁRIAS POR VAGAS	CARGA-HORÁRIA	UNIDADE	PRAZO (MESES)	VALOR DA DIÁRIA
01	SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS (BOMBEIROS CIVIS), DESTINADOS AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, CIDADANIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE PARACURU/CE, CONFORME:	SERVIÇO	12	40	8H DIÁRIAS	MÊS	12	R\$ 107,00

<p>h) Prestação de serviços continuados de bombeiro civil (brigada de incêndio) na área de segurança contra incêndio, pânico, abandono de edificações, primeiros socorros e desenvolvimento e implantação de política preventivista de segurança contra incêndio para atuação nas Edificações das diversas Secretarias Municipais.</p> <p>i) As orientações referentes a serviços complementares serão formalizadas pelo Órgão Responsável e encaminhadas ao encarregado, que se incumbirá de alocar o pessoal adequado à prestação requerida.</p> <p>j) As atribuições dos bombeiros civis são aquelas descritas nas normas pertinentes da categoria e em outras legislações relativas às atividades de bombeiros civis.</p> <p>k) O Bombeiro Civil deverá treinar e orientar os Brigadistas Voluntários da edificação.</p> <p>l) O Bombeiro Civil Básico deverá executar todas atribuições definidas nas legislações relativas às atividades de bombeiros civis.</p> <p>m) São ações de prevenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> -elaborar, implementar e propor alterações, quando necessário; -fazer rondas periódicas nos ambientes do local de atuação; -identificar os riscos de incêndio e pânico existentes no local da atuação; -definir os procedimentos para a população em caso de sinistros e exercícios simulados; -inspecionar periodicamente os sistemas de proteção contra incêndio e pânico, em especial as saídas de emergência, bem como solicitar da área responsável manutenção dos sistemas preventivos que estiverem inoperantes; -conhecer o funcionamento e saber operar os sistemas de proteção contra incêndio e pânico existentes no local da atuação; -elaborar relatório das atividades prestadas, apontando as irregularidades encontradas nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, riscos identificados, emergências atendidas, exercícios simulados, treinamentos, etc. <p>n) São ações de emergência:</p> <ul style="list-style-type: none"> -identificar a situação de emergência; -auxiliar no abandono da população da edificação, adotando as técnicas de abandono de área; -verificar a transmissão do alarme de incêndio aos ocupantes das edificações; -combater os incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação; -atuar no controle de pânico; -realizar os primeiros socorros em caso de necessidade, tais como: reconhecer fraturas abertas e fechadas e proceder à devida imobilização, tratar inicialmente convulsões, AVC (Acidente Vascular Cerebral), dispnéias, crises hipertensiva, IAM (Infarto Agudo do Miocárdio), diabetes e hipoglicemia; executar, em caso de emergência, técnicas de hemostasia em hemorragias externas e etc; -realizar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais devido a sinistros; -interromper o fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo quando da ocorrência de sinistro; 									
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

12 VAGAS X 40 DIÁRIAS X R\$ 107,00 = R\$ 51.360,00 (CINQUENTA E UM MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS)

Por fim, tudo isso, deu-se com base nos documentos acostados aos autos do **PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 13.007/2019-PC**, chegando-se aos seguintes resultados:

CREDENCIADOS

CARGO/FUNÇÃO: BOMBEIRO CIVIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
1.	ALISSON MENEZES DA SILVA	040.654.523-50
2.	ALISSON DIAS DA SILVA SOUSA	066.138.773-95
3.	CARLOS RAFAEL DE ARAÚJO DA SILVA	046.693.663-00
4.	FRACISCA IDERLANE SIMPLÍCIO DE SOUSA	062.998.043-86
5.	FRANCISCO ALAILSON ALVES DA SILVA	937.461.803-68
6.	FRANCISCO ANTÔNIO DE HOLANDA SOUSA	034.478.003-13
7.	IANCA ESTFFANY LIMA MOREIRA	063.926.463-88
8.	IRACILDA SOUSA BARROS	457.710.493-87
9.	JONATHAN OLIVEIRA	076.344.923-70
10.	JOSIAS MARQUES DA COSTA FILHO	014.753.963-33
11.	LEIRICIA RODRIGUES DA ROCHA	007.175.483-09
12.	ROSANA FROTA DE OLIVEIRA	004.669.753-50

5 – DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, a teor do inciso III, do parágrafo único do artigo 26 da lei de licitações.

Assim, vale ressaltar que o preço a ser pago encontra-se compatível com os preços praticados na região, tendo sido os mesmos estipulados em processo de credenciamento realizado pela **SECRETARIA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, CIDADANIA E TRÂNSITO** do Município, tudo isso, com o embasamento das Leis Municipais que regem o incentivo e a organização da cultura em PARACURU/CE, conforme constam dos autos.

6 – DA VIGÊNCIA DO PROCESSO

6.1. O presente procedimento de credenciamento terá vigência até **12 (doze) meses** e os contratos dela decorrentes terão sua vigência de até **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, conforme estabelecido na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7 – DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1. **PREÇOS:** Os preços a serem pagos levarão em conta os valores já previamente fixados no Projeto Básico/Termo de Referência, bem como, a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamentos de pessoal e material, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o objeto, inclusive a margem de lucro.

7.2. **PAGAMENTO:** O pagamento será realizado após o adimplemento das obrigações, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao adimplemento da obrigação, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do Contratado.

7.2.1. O pagamento será realizado mediante a documentação exigida pelo setor competente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACURU**.

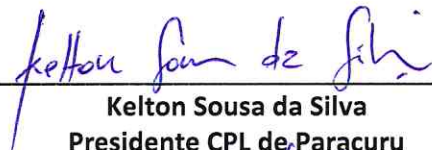
7.3. **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste.

7.4. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

8 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2019 da **SECRETARIA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, CIDADANIA E TRÂNSITO**, classificados sob o código:

PARACURU/CE, 1º DE ABRIL DE 2019.



Kelton Sousa da Silva
Presidente CPL de Paracuru
